

"ESTAMOS A VIVER TODOS AO
CONTRÁRIO"

• entrevistista

• "O País" (semanário)

Fundação Cuidado, Futuro
publicidade, A Tempo

• jornalista: Armando Ramos

1 Junho '83

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

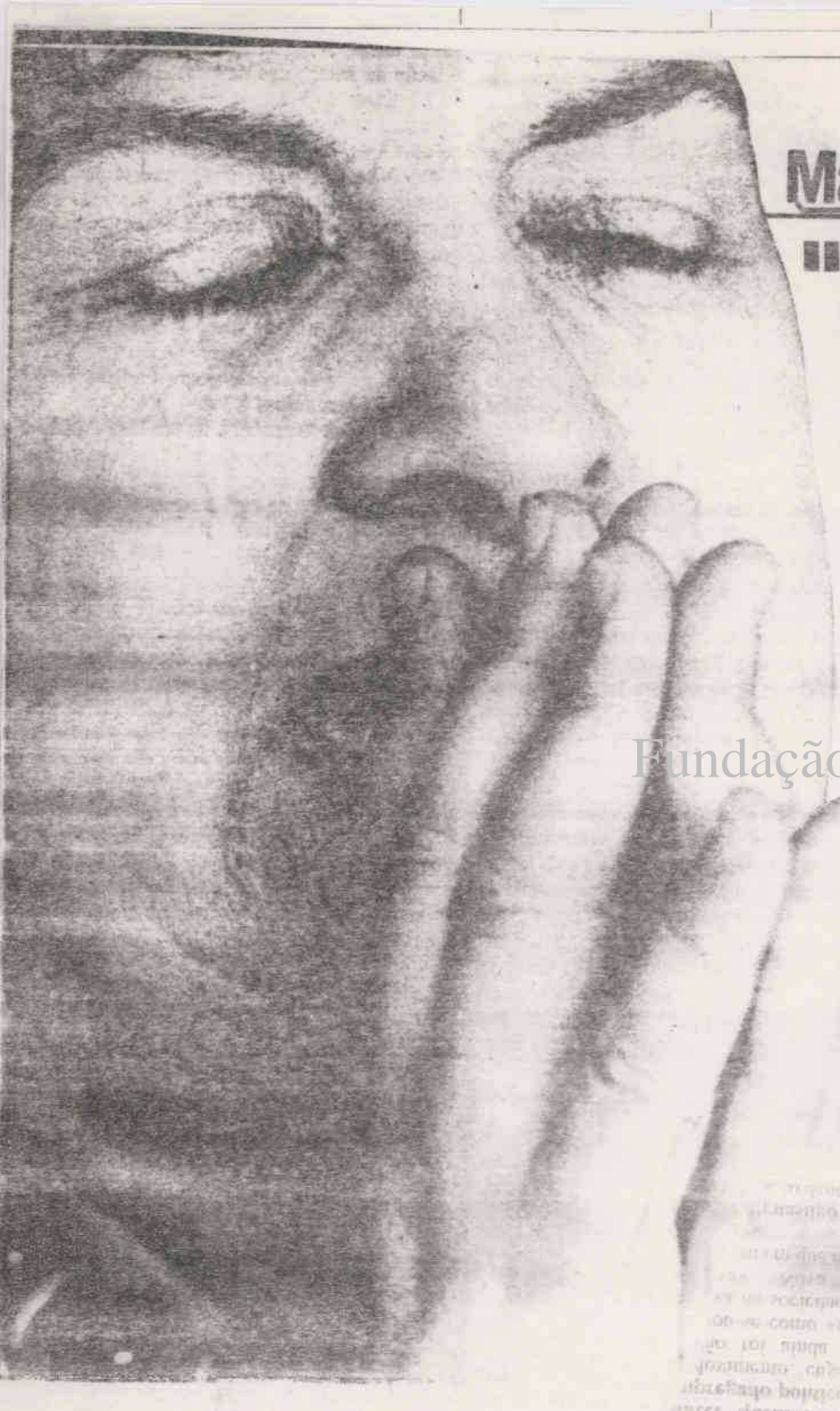
LE GRAAL

THE GRAIL

Fundação Cuidar o Futuro

SECRÉTARIAT INTERNATIONAL
22, RUE DU DR. GERMAIN SÉE
F - 75 - PARIS XVI^e

TÉL. : 224.05.70
525.07.12



Maria de Lourdes Pintasilgo

"Estamos a viver todos ao contrário"

Fundação Cuidar o Futuro

«A E é com a clareza
vivi- linguagem que lhe afir-
em- Movimento nao nasce
on- iniciativa do Preside
am- Republica».

Atalhamos para reco-
si- Ramalho Eanes dissera
a. prensa estrangeira que i-
i- tido nem achado quanto
- Movimento. A nossa ir-
s tora, por seu turno, ir-
a pe-nos tambem: «é e
o. que, estando no cerni-
no iniciativa pessoas q-
ra motivos funcionais ou
mu balho mantem relacoes
res Presidente da Republic
mos. ve a transparencia nec-
tua a para o informar do
que os acontecer.

Mas quando o Presid
Republica afirma que
ouvido, no sentido de
nao foi pedida qualq-
cao, é evidente que nao
o podia ser. Seria con-
propria moralidade de
sos em que o Preside
Republica esta acima de
movimentacao social e p-
ria que no Pais vai evol-
serio, que

Apesar de tudo, ins-
anda: portanto, é quest-

"

● PÁG. 7



tes
ante era o tema. Visto
ipo. Daria, por si só,
aprofundada entrevis-
nos de rumo.
é notar a nossa inter-
ue os Partidos parecem
visto com bons olhos a
o Movimento. Recor-
atirmações de Jose

das nossas afirmações-
isso é uma leitura que et
fazer por fora sem que c
vá hipotecar o Preside
Republica».

«Contra
o individualismo»

O religio- contra quase
nos dias passados pela conta-
que...



Centro de Estudos e de Formação
CUIDAR
O FUTURO
Associação

Lurdes Pintasilgo a **o País**:

«PR não tem nada a ver com o Movimento»

«O PRESIDENTE da República não tem nada a ver com o Movimento. Não lhe foi nem podia ter sido pedida qualquer bênção para a sua criação. Isso seria contrário à própria moralidade de processos em que o Presidente da República está acima de toda a movimentação partidária e social» — afirma, em aprofundada entrevista que nos concedeu, Lurdes Pintasilgo.

A antiga primeiro-ministro do V Governo, de iniciativa presidencial, personalidade de prestígio nos meios internacionais, aborda, pormenorizadamente, o porquê e o para quê do novo Movimento para o Aprofundamento da Democracia, analisa a situação cultural em que nos encontramos e garante que não se daria bem em nenhum dos grandes Partidos: «a militância partidária não está no meu espírito. Não sou pessoa que possa polarizar-se, sectária e definitivamente, num único sector da vida política».

Entrevista de Armando Ramos

EM MEADOS de Maio surgiu um novo Movimento político para o Aprofundamento da Democracia. Poucas semanas antes tinham-se realizado eleições gerais. Por essa altura, os dois Partidos mais votados, PS e PSD, andavam em negociações com vista a um acordo de Governo. Neste contexto político bem preciso é criado o Movimento, que a Imprensa, de imediato denomina o MAD mas que Lurdes Pintasilgo prefere que se chame apenas «Movimento» senão mesmo «Movimentação».

A lógica obriga-nos, por isso, a perguntar: foi a situação actual ou antes uma necessidade intrínseca das pessoas que ditou o aparecimento do Movimento? Lurdes Pintasilgo, sorriso franco, responde prontamente: «ambas as coisas. Por um lado, o contexto político dos últimos anos veio demonstrar que é cada vez mais necessária uma intervenção a nível da sociedade enquanto tal e não só ao nível do Estado».

E os factos? — interrompetos. A nossa entrevistada mal nos deixa terminar a palavra: «não é preciso apresentar muitos. Basta pensar que estamos num País com um Governo demissionário há mais de cinco meses! Isso é mais do que suficiente para dizer que nos falta algo em termos de funcionamento da sociedade enquanto sociedade».

E retomamos a segunda parte da questão: «por outro lado, tenho que dizer que foi também uma necessidade. Chamou-lhe necessidade intrínseca e penso que é na medida em que convergiu primeiro no documento chamado dos 199 e depois na adesão, ao espírito e à prática que o anima, de um significativo conjunto de pessoas. Todas elas afirmam que o seu interesse patriótico e a sua independência perante as forças políticas em confronto os levam a aderir a um conteúdo que, do ponto de vista ético e político, lhes é caro. E para além do conteúdo, a confiança que lhes merecem as pessoas que tomaram esta iniciativa».

Neste aspecto e segundo a minha interpretação, este Movimento corresponde a qual-quer coisa que é uma intuição em muitas pessoas — intuição de uma necessidade de trabalhar mais ao nível da sociedade, tornando-a mais capaz de se auto-organizar, de exercer em vários locais o poder que realmente existe, de tornar, em suma, as pessoas menos dependentes do Estado e mais autónomas. E corresponde também à necessidade que alguns de nos sentimos da transformação da sociedade deste fim do século XX».

Não obstante essa necessidade intrínseca —

heterogeneidade de pensamento das pessoas que constituem o Movimento não será o princípio da sua própria desagregação? A resposta é esclarecedora: «o que me parece importante nesta movimentação de participação democrática é o pressuposto de que precisamos de ultrapassar um certo número de divisões artificiais para entroncar num outro tipo de pensamento que é mais o da sociedade do futuro».

«Desempregados políticos»

Superada a doença da catalogação política que ainda domina a nossa sociedade, abordamos o porquê do constante aumento de adesões a este Movimento. Por conhecimentos recíprocos? Pelo programa proposto? Lurdes Pintasilgo nem pestaneja sequer: «é pelo conteúdo do documento para o aprofundamento da democracia. A maior parte das pessoas que aderem são totalmente desconhecidas entre si. Tudo isto, quanto a mim é muito importante, pois significa que não há uma ideologia, no sentido que lhe temos dado nos últimos anos, mas um ideário que encontrou e encontra eco num grupo de pessoas com interesses e posições muito variados».

Insinua-se — observamos — que alguns elementos são uma espécie de desempregados políticos e que entraram para o Movimento para não perderem o combóio da política. A nossa interlocutora ouve-nos com atenção. Esboça leve sorriso de ironia e destaz rapidamente as dúvidas: «a preocupação que temos neste momento, não é, de forma alguma, de molde a satisfazer quem se considere desempregado político».

O Movimento, cuja designação «não foi ainda decidida» apresentou-se como «uma realidade nova na sociedade política portuguesa». Nova em que perspectiva ou em que moldes? — interrogamos.

Lurdes Pintasilgo leva-nos pela Constituição dentro em cujo

artigo 48 se diz que «os cidadãos têm o direito de participar na direcção das coisas políticas directamente ou através dos seus representantes legitimamente eleitos».

Mais adiante — no artigo 112, lê-se que «a participação constitui uma condição e instrumento fundamental para a consolidação da democracia».

Portanto, e este o primeiro grande ponto: querer completar ou desejar que se complete o nosso quadro institucional com esta vertente, que esta inscrita na Constituição e corresponde também à nossa necessidade».

Ultrapassar a crítica

Interrompemos para saber como isso se poderá verificar. A nossa entrevistada exemplifica: «nos, cidadãos, passamos a vida a lamentar-nos e a criticar a morosidade dos diversos serviços públicos».

Mas, se nós, enquanto cidadãos, nos organizarmos e entrarmos em diálogo construtivo com os servidores do Estado, que o mesmo é dizer, da população, podemos encontrar modo de favorecer os serviços públicos, que são serviços nossos. Isto é só para lhe dar um exemplo muito simples e imediato da nossa vida de todos os dias».

Mas — atalhamos — a filosofia de fundo em que esse exemplo assenta não significa que o Movimento é mais de carácter cultural do que prático ou técnico?

Um gesto de assentimento precede a palavra pronta da nossa interlocutora: «tem essas vertentes também. Para além do princípio jurídico constitucional, assenta em três coordenadas: uma ética, outra que denominamos de rigor científico e outra de inovação cultural. E estas coordenadas entrelaçam-se mutuamente».

Lurdes Pintasilgo, neste momento, dá-nos a sensação de se mover no seu mundo, com o mesmo a-vontade com que um

autor fala da sua obra: «a realidade cultural e, sem dúvida, importantíssima, mas tem como base esta profunda convicção: somos todos e cada um de nos que podemos transformar o mundo à nossa volta. Cada um de nos pode contribuir, nem que seja numa fracção mínima, para que as coisas sejam melhores para si e para a sociedade no seu conjunto. E isso é o primeiro acto cultural significativo».

A tónica posta na cultura será devida ao facto de se notar uma degradação na escala de valores no nosso País? — indagamos. «Não há dúvida — acentua a nossa entrevistada — de que os valores foram incalculavelmente sacudidos na sociedade portuguesa. Houve uma onda de permissividade que se veio a traduzir, aos mais diversos níveis, no comportamento das pessoas e que faz com que um acto, rotulado numa conversa civilizada de corrupto, seja tomado como um acto corrente da vida de todos os dias. Isto é um aspecto muito sério, que

«Não foi pedida qualquer bênção a Eanes»

não tem só a ver com a corrupção em termos públicos mas também com os costumes».

O movimento não é de iniciativa de Eanes

Interessante era o tema. Vasto era o campo. Daria, por si só, para uma aprofundada entrevista. Mudamos de rumo.

Fazemos notar à nossa interlocutora que os Partidos parecem não terem visto com bons olhos a criação do Movimento. Recordamos-lhe afirmações de José Niza e António Capucho em entrevistas a «o País». Lurdes Pintasilgo, serenamente, responde: «o CDS, o PS e o PCP referiram-se à criação do Movimento como a factos normais. Tenho um pouco menos presente a reacção do PSD. Agora que membros dos Partidos tenham lido referências negativas isso é opinião deles. Não tenho comentário a fazer».

lamos interromper. Mas, a nossa entrevistada quer completar o pensamento: «seria muito estranho que os Partidos não vissem com bons olhos o aparecimento de movimentos e vícios, porque então queriam ter a hegemonia do espaço de intervenção social».

Pelo contrário, penso que os Partidos, qualquer que seja o seu quadrante, só tem a ganhar com o facto de haver pessoas e organizações que se movimentem no tecido social. Porque, na medida em que o tecido social se organiza e estrutura e cria novos polos de interesse, pode também vir a contribuir para o trabalho dos Partidos que têm responsabilidades governativas ou lutam pela conquista do poder».

Da desconfiança partidária em relação ao Movimento saltamos para a suspeita de alguns de que o Presidente da República poderia estar por trás de tudo. Ramalho Eanes não tem mesmo nada a ver com tudo isto? — perguntamos. Para a frontalidade da pergunta a franqueza da resposta: «não, não tem. Se tivesse dito-lhe, porque nos defendemos a lealdade que tem a ver com a correção dos processos e a clareza como uma exigência fundamental».

O nosso panorama político está tão cheio de linguagens cifradas, de subentendidos, de segundas intenções e de jogos de intocação que se impõe uma linguagem clara e directa.

E é com a clareza desta linguagem que lhe afirmo: este Movimento não nasceu por iniciativa do Presidente da República».

Atalhamos para recordar que Ramalho Eanes dissera à Imprensa estrangeira que não tora tido nem achado quanto a este Movimento. A nossa interlocutora, por seu turno, interrompe-nos também: «é evidente que, estando no cerne desta iniciativa pessoas que por motivos funcionais ou de trabalho mantêm relações com o Presidente da República, houve a transparência necessária para o informar do que ia acontecer».

Mas quando o Presidente da República afirma que não foi ouvido, no sentido de que lhe não foi pedida qualquer bênção, é evidente que não foi nem o podia ser. Seria contrário à própria moralidade de processos em que o Presidente da República está acima de toda a movimentação social e partidária que no País vai evoluindo».

Apesar de tudo, insistim ainda: portanto, é questão arrumada que o Presidente da República não tem nada a ver com o Movimento? Lurdes Pintasilgo, quase com um ar de tristeza: «é o que lhe disse. Não tenho mesmo mais nada para lhe dizer».

Quase num a parte que pouco acrescenta a este particular: «é evidente que há sintonia e pontos de convergência entre afirmações que o Presidente da República tem feito e algumas das nossas afirmações. Mas, isso é uma leitura que eu posso fazer por fora sem que com ela vá hipotecar o Presidente da República».

«Contra o individualismo»

O relógio corria quase sem nos darmos pela conta. O Sol que rasgava a vidraça contribuía para amenizar ainda mais a conversa. Quisemos então saber qual a finalidade do Movimento. A nossa interlocutora parte da sua própria experiência e pergunta-nos se a nossa não é semelhante. «Dispensamos um esforço enorme — salienta — para realizarmos algo que, no fim, nos parece extremamente limitado! Tudo porque temos de vencer a resistência de uma pessoa aqui, e a inércia de uma outra acolá. Temos de ir dez vezes bater à mesma porta. O individualismo inseriu-se nos nossos hábitos e faz com que as nossas capacidades não rendam ao máximo e não nos tornem tão felizes quanto poderíamos ser nem a sociedade tão produtiva (em sentido pericito) quanto o poderia ser».

Cada português sabe, certamente, isto por experiência própria.

Lurdes Pintasilgo parou uns instantes. Depois, com ênfase e esperança a brilhar nos olhos inquietos: «queremos aproveitar ao máximo os recursos humanos da nossa sociedade. Recursos que quase estão escondidos».

Repito, importa potenciá-lo ao máximo, torná-lo mais visíveis e mais ricos».

Lurdes Pintasilgo prova o que afirma com alguns exemplos. Citamos um: «na Europa, neste momento, somos o País com o maior número de médicos por milhar de habitantes. No entanto, sabemos bem como está o sistema de saúde em Portugal. Isto significa que, enquanto sociedade, ainda não fomos capazes de nos organizarmos para ver como se pode aproveitar plenamente o pessoal médico de que dispomos. Isto não tem nada a ver com ideologias».

Lurdes Pintasilgo



Por isso, a nossa preocupação é a de revigorar o outro lado da sociedade, dinamizá-la do interior. Com este objectivo, as pessoas que já aderiram vão organizar-se em pequenos núcleos segundo as áreas em que estejam mais interessadas e sintam que tem um contributo para dar».

Com toda a convicção, que os gestos acentuam, a nossa interlocutora prossegue: «o que queremos é evitar fazer a intervenção de palavras, palavras, palavras... porque há tantas palavras no nosso País que quanto mais são menos valem...»

«Vivemos tudo ao contrário»...

Essa intervenção nas diversas áreas — sugerimos — não irá ser causa de atrito entre o Movimento e os Partidos? Um sorriso aberto é já meia resposta: «não. Creio que não. A prática que estamos a sugerir, em termos concretos embora com outro ideário, existe noutros países e aos mais diversos níveis, das universidades às empresas e às comunidades locais».

Não me parece que as iniciativas dos cidadãos venham coadunar a acção própria dos Partidos políticos, pelo contrário até os podem enriquecer.

Mas, os Partidos, em cada momento, tem de traduzir em termos de programa ou de Poder ou de organização do Estado aquilo que a sociedade está a viver.

O que acontece é que nos estamos a viver tudo ao contrário: os Partidos — vendemo-nos ao povo os seus produtos para ver se ele compra ou não; quando, na verdade, os Partidos deve — emana-

ção daquilo que os cidadãos querem e desejam. Não acha?»

Deixamos a resposta para os Partidos e saltamos para um confronto de experiências. A demora na formação do novo Governo obriga-nos a perguntar a quem presidiu ao V Governo de iniciativa presidencial, será assim tão complicado?

Lurdes Pintasilgo sorri e vai medindo as palavras: «para formar um Governo não é preciso tanto tempo. Não escolhi pessoas de Partidos e em oito dias formei um Governo. O que significa que sabendo nos referenciar onde estão as pessoas competentes, elas aparecem. Foi o critério da competência e da isenção moral que presidiu à escolha dos membros do V Governo constitucional. Mas essa situação não é comparável com a presente. Agora a dificuldade de encontrar terreno de acordo é realmente grande».

Quando ao momento actual, a nossa entrevistada entende que, agora «ninguém deve baralhar para que os Partidos tenham o máximo de condições» para levar a bom porto a tarefa a que meteram ombros. Então, por momentos, recuamos no tempo. Foi a evocação dos problemas que Lurdes Pintasilgo teve com a AD, «com algumas pessoas da AD», sublinha, quanto à sua presença na UNESCO. A questão só foi superada em Fevereiro passado. Foi «um acto discricionário de algumas pessoas da AD que mais do que a mim criou ao País problemas difíceis. Uma situação de ilegalidade». Falou-se muito na altura no problema dos embaixadores políticos. A nossa entrevistada agradece até: «toda a actividade diplomática é por definição política. A distinção entre diplomatas políticos e não políticos parte, pois, de uma premissa falsa. Isto é, de que a diplomacia não seria política? A nossa entrevistada tempe-»

rão com forte carga de ironia e prossegue: «quando a diplomacia não for política então é mera burocracia, mera burocracia!»

À procura de «elementos novos»

Enquanto o sorriso lhe vai acendendo o rosto, lançamos mais uma questão. Qualquer formação política gostaria de contar nas suas fileiras com uma pessoa da craveira da nossa entrevistada. Lurdes Pintasilgo através do Movimento terá uma acção mais directa e eficaz na vida política portuguesa. Mas não seria isso mais fácil se militasse num dos grandes Partidos?

A nossa entrevistada olha-nos, de alto a baixo, ainda sorridente: «muito interessante essa pergunta. Tenho o maior apreço pelos Partidos e pela dedicação e generosidade dos seus militantes de base».

A militância partidária, porém, não está no meu espírito. Não sou uma pessoa que possa polarizar-se sectária e definitivamente num único espectro, num único sector da vida política.

Estou muito mais interessada em procurar elementos novos da sociedade e do pensamento e da cultura e da vida política, que podem até fazer convergir pessoas que têm posturas políticas em Partidos completamente diferentes. Este tipo de questões na forma como eu as coloco não se polariza à volta dos Partidos. E isto não nasceu do nada, corresponde a um trabalho realizado de há dois anos para cá com perseverança e seriedade».

As palavras de Lurdes Pintasilgo sugeriram-nos uma interlocução a que o tempo se encarregará de responder, qual será, na prática, o contributo deste Movimento no vasto âmbito e aos mais diversos níveis da vida portuguesa?

